

V NOVEMBRO NEGRO VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

I FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025

O PAPEL DA DEMOCRACIA DELIBERATIVA NO PROCESSO DE EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

*Geronimo, Hellen Borttolotti, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Campus Curitiba¹
Lima, Cezar Bueno de, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Campus Curitiba²*

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, foi um marco histórico, pois estabeleceu direitos civis, políticos, culturais e econômicos que devem ser reconhecidos globalmente, além de serem fundamentais para assegurar a dignidade humana e liberdade dos indivíduos, protegendo-os de abuso de poder e garantindo condições mínimas de justiça e equidade, pois os Direitos Humanos são direitos universais e inalienáveis cujo pertencem a todos, independente de raça, etnia, origem, religião, gênero ou qualquer outra característica. Considerando a herança histórica-brasileira ocidental que limitou o conhecimento a ciência, a política ao Estado e o direito a legislação, excluindo os mais vulneráveis e bloqueando a abertura de espaço para uma democracia deliberativa, principalmente em escolas públicas, cenário onde é de extrema importância o combate às desigualdades, o projeto de pesquisa busca destacar como a democracia deliberativa, por meio da participação ativa e do debate, pode contribuir e promover a efetivação da justiça restaurativa dentro do espaço escolar. O estudo

¹ HELLEN BORTTOLOTTI GERONIMO (hellen.geronimo@pucpr.edu.br) é graduanda do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). É bolsista PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica).

² CEZAR BUENO DE LIMA (c.bueno@pucpr.br) Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (1996), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2001) e Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Professor do curso de graduação em Ciências Sociais da PUCPR, do Programa de Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PPGDH/PUCPR) e professor visitante do Programa de Doutorado em Humanidades da Universidade Católica de Moçambique. Membro pesquisador do Núcleo de Direitos Humanos da mesma instituição. Realiza pesquisa-ação e orientações PIBIC nas escolas com interface nas seguintes áreas: Juventude, Violência, Direitos Humanos, Democracia e Práticas Restaurativas. Bolsista produtividade em Pesquisa CNPq (2022-25).

V NOVEMBRO NEGRO VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

I FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



tem como objetivo analisar à vista da defesa e promoção dos Direitos Humanos, como os Estudantes e Professores da rede de ensino de Escolas Públicas se autoavaliam em relação as possibilidades de discussão, participação e tomada de decisão na resolução de conflitos no ambiente escolar. A abordagem será qualitativa, com base no método da pesquisa-ação. Inicialmente, será realizada uma revisão bibliográfica para embasamento teórico dos principais conceitos. Em seguida, será desenvolvida a pesquisa de campo com a aplicação de um questionário em grupo focal, destinado aos alunos de ensino médio e seus docentes. Busca-se que a realização da pesquisa, forneça subsídios acerca do desdobramento de iniciativas de intervenção nas escolas de ensino médio de rede pública, oferecendo cursos de formação, implementação das práticas restaurativas e elaboração de indicadores sociais relativos às práticas de violências comuns no espaço escolar.

Palavras-chave: Democracia Deliberativa, Direitos Humanos, Justiça Restaurativa, Violência Escolar.

Referências

LIMA, Cezar Bueno de. Violência e direitos humanos: o lugar das práticas restaurativas nas escolas. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e61903, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v18.n1.61903>

ARROYO, Miguel.

O ofício de mestre: imagens e autoimagens. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q.

V NOVEMBRO NEGRO
VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS
| FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



Impactos da violência na escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Editora FIOCRUZ, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/15275>.

LIMA, C. B. de.

Juventude e políticas públicas: entre proibições, trabalho sub-remunerado e novas práticas de sociabilidade. Mediações - Revista de Ciências Sociais, v. 19, p. 317-336, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4755/475555261011.pdf>.

OLIVEIRA, Ana Paula Dourado de; GONÇALVES, Maria Helena Costa.

Justiça restaurativa e mediação de conflitos: práticas em escolas públicas brasileiras. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 40, e021489, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esci/a/JvHLzdk9mjt9JhHtKPwzMpt/?lang=pt>.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU).

Curitiba. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>.

SANTOS, J. V. T.

A violência como dispositivo de excesso de poder. Sociedade e Estado, Brasília, v. 10, n. 2, p. 281-298, 1996. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44054>.

SILVA, João da.

Educação em direitos humanos e escola pública: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Educação em Direitos Humanos, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 25-38, 2020.

ZEQUINÃO, M. A. et al.



V NOVEMBRO NEGRO
VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS
| FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. Educação e Pesquisa, v. 42, n. 1, p. 181–198, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/tfsmpDFp9d73b75mLTPvVDR/?format=pdf&lang=pt>.